

A Educação Integral na perspectiva da Educomunicação: a implementação no Programa São Paulo Integral

DANIELE PRÓSPERO

Introdução

Diante das novas configurações da sociedade atual, fica cada vez mais em evidência a necessidade de uma intensa articulação e combinação de saberes e práticas que estão em diversos espaços, na escola, na família, no território e na cidade. A capacidade de articular e agir em conjunto exige um novo valor: o do compartilhamento de propostas, ações, programas e práticas. Percebe-se, portanto, a necessidade de uma educação que amplie os espaços, tempos e oportunidades educativas, o que busca justamente a promoção de uma educação integral. Ou seja, a formação dos alunos nas suas multidimensões.

É garantir, segundo Grinspun (1999, p.44), uma educação para as crianças, adolescentes e jovens voltada não apenas para a questão da escolaridade, mas sim uma educação com objetivos mais amplos, tanto em termos dos conhecimentos já consolidados pela sociedade como e, principalmente, na formação de um cidadão mais crítico e consciente para viver e participar desse contexto, numa visão local, nacional e mundial, numa perspectiva de ação visando à busca de valores comprometidos com uma sociedade mais humana e com mais justiça social.

São perspectivas como essas que fazem com que dois conceitos se tornem ainda mais sinérgicos e possam promover mudanças reais na educação: trata-se da perspectiva do campo de intervenção social, denominado educomunicação, e a perspectiva da educação integral.

A educação integral passa pela expansão de tempos, espaços e oportunidades educativas, cujo ponto central marca uma aprendizagem conectada à vida e aos interesses e possibilidades dos educandos, reconhecendo as múltiplas dimensões do ser humano e a peculiaridade do desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

É a partir desta proposta que a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP) passou a implementar em 2016 o Programa São Paulo Integral¹ nas Unidades Educacionais com o objetivo de promover a vivência de situações que enriqueçam seu processo formativo, expandindo os tempos de permanência dos educandos na escola, nos territórios educativos e nas comunidades de aprendizagem. Cerca de 100 escolas na cidade passaram a atuar nesta perspectiva.

Entre os princípios que regem a proposta de uma educação integral em tempo integral estão questões como integralidade; ampliação dos tempos, oportunidades e espaços de aprendizagem; ressignificação do currículo; articulação de saberes; participação dos estudantes no seu processo de aprendizagem etc.

O Programa São Paulo Integral ao propor às crianças, adolescentes e jovens o acesso a diferentes linguagens e ao definir como princípio a valorização das suas vivências, modificando o próprio ambiente escolar e a produção do conhecimento, traz algo que é o pressuposto básico das práticas educacionais: permitir o desenvolvimento da expressão dos alunos.

O próprio Documento Orientador do Programa² evidencia a inserção da educomunicação:

A Educomunicação também está presente no desenvolvimento de projetos de expansão da jornada escolar, promovendo o protagonismo infantojuvenil por meio da comunicação e suas tecnologias, por meio de trabalhos colaborativos autorais, projetos educacionais na Educação Infantil, formação para qualificação profissional na Educação de Jovens e Adultos, formação de educadores dos Centros de Educação e Cultura Indígena e formação continuada aos Profissionais de Educação que atuam nas Unidades Educacionais e nas DREs. (Documento Orientador, p.5).

Ao identificar estas sinergias e abertura do programa para a vivência da educomunicação nas escolas, o Núcleo de Educomunicação da SME decidiu por propor ações internas, a fim de aproximar estes dois campos. Foi elaborado um curso chamado “Educação Integral na

1 Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Sao-Paulo-Integral>

2 Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/22501.pdf>

perspectiva da Educomunicação”, integrando a oferta de formações oferecidas aos professores da rede municipal.

Tendo este cenário em vista, o presente artigo busca, por meio da leitura da Portaria de constituição do São Paulo Integral e do Documento Orientador do programa, identificar pontos de aproximação entre os dois conceitos – educomunicação e educação integral – e refletir de que forma a educomunicação pode colaborar com a implementação de práticas inovadoras e significativas no São Paulo Integral. A partir da aplicação de um questionário – Marco Zero – em duas turmas iniciais, o artigo traz ainda as percepções dos educadores para as práticas educacionais, tanto em relação aos benefícios dessa aproximação, quanto os desafios a serem superados em sua implementação.

Aproximações e sinergias: educomunicação e educação integral

Diante dos diversos princípios que regem a proposta de uma educação integral em tempo integral fica evidente as sinergias e aproximações entre os conceitos de educomunicação e de educação integral.

Isto porque a educomunicação – vista como uma teia de relações – oferece substancial contribuição para a formação das crianças, adolescentes e jovens, na medida em que, pelas experiências de comunicação compartilhada, abre para eles novas possibilidades de leitura e de construção de mundo.

O Programa São Paulo Integral ao propor às crianças, adolescentes e jovens o acesso a diferentes linguagens e ao definir como princípio a valorização das suas vivências, modificando o próprio ambiente escolar e a produção do conhecimento, traz algo que é o pressuposto básico das práticas educacionais: permitir o desenvolvimento da expressão dos alunos.

A educomunicação reconhece, em primeiro lugar, o direito universal à expressão, sendo assim, fará todo esforço necessário para ampliar o potencial comunicativo dos membros da comunidade educativa e – no contexto de seu espaço privilegiado, que é a escola – de todos os membros desta comunidade, sejam docentes ou discentes, ou, ainda, a comunidade do entorno.

Ou seja, para a educomunicação, a comunicação é vista como um direito fundamental. E, diante disso, é importante que os estudantes possam se apoderar das linguagens midiáticas, ao fazer uso coletivo e solidário dos recursos da comunicação tanto para aprofundar seus conhecimentos quanto para desenhar estratégias de transformação das condições de vida à sua volta.

A participação no processo de produção da comunicação traz resultados também na ampliação da cidadania dos sujeitos envolvidos. Isso ocorre porque o processo de elaboração dessa comunicação é educativo, não somente pelos conteúdos, mas pelo envolvimento direto das pessoas no fazer comunicacional.

Abrir esse espaço de participação para os alunos se configura, portanto, numa possibilidade de despertar o interesse por novos conhecimentos, novas práticas, novas ações de intervenção social. A autonomia e o empoderamento dos participantes se tornam muito mais presentes, por meio do agir e do fazer. Isso se reforça em outro princípio do Programa São Paulo Integral que diz: *“a educação como instrumento da democracia que possibilita às crianças, adolescentes e jovens a entenderem a sociedade e participarem de decisões que afetam o lugar onde vivem, sua escola, seu bairro e sua vizinhança, tornando-se parceiros de seu desenvolvimento sustentável”*.³

E é no fazer que os alunos, justamente, encontram sentido para muitas questões colocadas pela escola que, até então, pareciam desconectadas. Durante a elaboração dos veículos de comunicação, os estudantes são instigados a produzir uma comunicação que faça sentido a eles e a sua comunidade, trazendo temas que gerem discussão e pautem debates sobre soluções e problemas comunitários ou relativos às questões da juventude.

Assim, as possibilidades são diversas. Os alunos podem utilizar-se da rádio para falar sobre suas propostas e ainda praticar a expressão verbal; ao produzirem um vídeo, por exemplo, os estudantes conhecerão de forma mais clara como é o processo de produção e, por isso, terão um olhar mais crítico ao assistirem programas televisivos; nos jornais ou quadrinhos, os estudantes poderão discutir temas como a sexualidade e outros existenciais.

A partir desta perspectiva, se fortalece outro ponto central da educação integral: a gestão democrática. Uma escola que orienta suas práticas para a gestão democrática, conta com a participação da comunidade nos processos decisórios, assim como dos próprios alunos, que podem se fazer presente em momentos decisivos. A gestão democrática abre vias de diálogo e relacionamento horizontal que são pressupostos para se pensar na escola como um grande ecossistema comunicativo.

3 Portaria nº 7.464, de 03 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEducacao.aspx?ClipID=21265876BQQEJe3BQ7BO6A2IVBH&PalavraChave=institui%20o%20programa>

E, pensar em estabelecer ecossistemas comunicativos passa, necessariamente, pela criação de canais de diálogo e comunicação entre toda a comunidade escolar, outro ponto central da educomunicação, e que também se faz presente entre os princípios do Programa São Paulo Integral: *“o diálogo com estratégia na implementação de políticas socioculturais que reconheçam as diferenças, promovam a equidade e estimulem o ambiente de troca...”*.⁴

A educomunicação contribuiu também com a *“garantia às crianças, adolescentes e jovens do direito fundamental de circular pelos territórios educativos, apropriando-se deles, como condição de acesso às oportunidades, espaços e recursos existentes e ampliação contínua do repertório sociocultural e da expressão autônoma e crítica”*⁵. Isso porque a educomunicação apresenta-se como uma possibilidade real para a descoberta não somente da cidade, mas a fim de gerar novas aprendizagens.

Uma experiência investigativa pelo bairro, por exemplo, pode ser uma ótima oportunidade para os estudantes aprenderem a história do seu território, as vivências culturais que estão ali presentes, os desafios ambientais a serem superados, desenvolvendo ainda habilidades de escuta, de pesquisa e de trabalho em grupo. O resultado final pode ser um programa de rádio para a comunidade, uma peça de teatro para a família ou um documento para a prefeitura recomendando mudanças no território. Assim, a Língua Portuguesa, a História, a Educação Ambiental, a Cultura e a Comunicação ganham uma nova relação e o aprendizado se torna mais significativo para esse estudante.

Neste ponto, inclusive, apresenta-se outra sinergia entre a educomunicação e a proposta da educação integral, que é a própria interdisciplinaridade. Por meio das práticas educacionais comunicativas, é possível uma maior flexibilização do currículo e da construção de uma proposta interdisciplinar. O próprio jornal, vídeo, rádio, fotografia e quadrinhos são, por natureza, produtos interdisciplinares, ou seja, exigem a aplicação de múltiplos saberes acadêmicos na sua elaboração.

A fotografia pode ser uma ótima maneira de trabalhar, junto à disciplina de Física, princípios básicos de luz. A Matemática e a Geometria, por exemplo, são fundamentais na diagramação de um jornal. Já, a Redação e a Língua Portuguesa serão utilizadas em qualquer tipo de mídia proposta, pois estão ligadas à expressão.

4 Idem 3.

5 Ibidem 3.

E, podemos ir além. A educomunicação trabalha a partir de uma perspectiva transdisciplinar. O princípio é válido, sobretudo, para o tratamento de assuntos complexos no âmbito dos denominados “temas transversais”, como saúde, multiculturalidade, ética, meio ambiente, entre outras, que são fundamentais de serem abordados numa perspectiva de educação integral. Isso vem ao encontro de diversas diretrizes estabelecidas para o Programa São Paulo Integral, como a que aponta: *“re-significar o currículo evitando a compartimentalização rígida de forma a torná-lo mais eficaz na aprendizagem do conjunto de conhecimentos que estruturam os saberes escolares, qualificando a ação dos educandos e fortalecendo seu desenvolvimento como cidadãos, ampliando as possibilidades de aprender para valorização da vida”*⁶.

Educomunicação no Programa São Paulo Integral

Diante deste cenário, o Núcleo de Educomunicação da SME propôs a criação de um curso (com duração de 18 horas) chamado “Educação Integral na perspectiva da Educomunicação”, que passou a fazer parte da oferta de formações oferecidas aos professores da rede municipal.

A proposta da formação é promover uma reflexão na rede municipal sobre essas aproximações e trazer subsídios aos educadores para um trabalho mais efetivo e significativo na perspectiva da educação integral. No segundo semestre de 2016, cerca de 50 educadores participaram do curso.

Além da elaboração do curso, o Núcleo encaminhou à equipe do Programa São Paulo Integral uma sugestão para a nova portaria, enfatizando a necessidade de que a Educomunicação seja um dos Territórios do Saber.

Tendo em vista que se trata de uma nova experiência na rede, o Núcleo decidiu por realizar um levantamento – com aplicação de questionário online – junto aos professores participantes das duas primeiras turmas – Diretoria Regional de Educação do Ipiranga e Diretoria Regional de Educação de São Miguel –, a fim de identificar aspectos centrais do perfil dos educadores interessados nesta temática e de que forma compreendem a educomunicação. O levantamento identificou que há um grande interesse dos educadores pela formação para o aperfeiçoamento profissional e também o desenvolvimento de práticas educacionais na escola. Entre os depoimentos apresentam-se questões como: *“para atualização e poder criar projetos que propiciem debates abertos e democráticos”*; *“Meu interesse é saber desenvolver atividades que sejam significativas dentro desse campo da educação e*

6 Ibidem 3.

comunicação”; “proporcionar as crianças um currículo rico no qual possa se desenvolver integralmente”.

Dentre os participantes, 66,7% já tinham conhecimento sobre o conceito de educomunicação e 92,9% acreditam que há uma aproximação deste com o conceito de educação integral.

Quando questionados sobre de que forma a educomunicação pode colaborar com a promoção de uma educação integral, destacam-se questões como: ampliação de repertório para os alunos, incentivo ao protagonismo juvenil, currículo significativo, ampliação da comunicação nos espaços educativos, ampliação da participação dos alunos nos espaços da escola e fora dela, interdisciplinaridade e interação dos projetos na escola, entre outros. Destacam-se falas como: *“criar ambientes abertos de forma democrática e de consensos, a autoestima, expressão e criticidade do aluno, da comunidade escolar e da família; “educação integral é desenvolver o ser humano como um todo e a comunicação é essencial dentro deste todo”; “a educomunicação deve envolver oportunidades onde todos possam ser protagonistas e não mais seres passivos que só escutam e nada tem para contribuir”.*

A respeito dos benefícios/ganhos em se promover práticas educacionais na escola, os educadores destacaram as novas formas de interação entre os diversos atores da escola; qualificação e dinamização do processo de aprendizagem; ampliação da comunicação; maior interesse dos alunos pela escola; e formação crítica dos estudantes.

Os educadores apontaram ainda desafios para a implementação da educomunicação em suas escolas, como pouco tempo disponível do professor para se envolver com os projetos; dificuldade de engajamento e comprometimento de outros membros da equipe; pouco conhecimento do conceito e seus processos; poucos recursos tecnológicos disponíveis na escola; falta de conhecimento do corpo docente em como utilizar as mídias; pouco tempo para reflexão e trocas de informações; falta de formação dos professores nessa área; conseguir quebrar paradigmas no interior das escolas, as diversas concepções, o rompimento com as práticas individualistas; entre outros.

Conclusões

O Programa São Paulo Integral traz como princípios norteadores questões como: currículo emancipatório, qualificação dos tempos de aprendizagem, educação como instrumento da democracia e garantia de acesso aos territórios educativos. Ao mesmo tempo, as práticas educacionais estimulam a autonomia e o protagonismo, garantindo tempos e espaços raros onde a criança, o adolescente e o jovem podem exercer livremente sua criatividade e expressar seus anseios.

As produções juvenis têm potencial de se tornarem parte de um sistema de comunicação entre estudantes, professores, diretores e comunidade escolar, portanto, carregam o potencial de instigar diálogos para a construção de um projeto político-pedagógico rico e alinhado às características de uma escola que tenha importância na vida de seus estudantes e da comunidade. Trata-se de uma desconstrução das relações de poder e da criação de novos espaços dialógicos.

Percebe-se, assim, que a educomunicação pode ser uma grande aliada da promoção da educação integral na cidade de São Paulo, principalmente por ela já estar presente nos principais documentos do Programa São Paulo Integral e ter se tornado um curso da SME. O levantamento realizado pelos professores mostrou também a percepção positiva na rede municipal e os diversos resultados e benefícios que a educomunicação pode trazer para a escola.

É preciso, portanto, fortalecer estas ações para que os desafios apontados pelos educadores, como a falta de infraestrutura, pouco engajamento das equipes e falta de formação, possam ser superados e mais escolas possam se beneficiar dessa aproximação entre os dois campos, garantindo a implementação de práticas educacionais.

Referências bibliográficas

CITELLI, Adilson Odair e COSTA, Maria Cristina Castilho (orgs). *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. *Palavras, meios de comunicação e educação*. São Paulo: Cortez, 2006.

GRINSPUN. Mirian P.S. Zipping (org). *Educação tecnológica – desafios e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1999.

PRÓSPERO, Daniele. *Educomunicação e políticas públicas: os desafios e as contribuições para o Programa Mais Educação*. Mestrado. São Paulo: USP, 2013. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-30012014-105832/>

SOARES, Ismar de Oliveira. *Caminhos da educomunicação*. São Paulo: Editora Salesiana, 2001.

DANIELE PRÓSPERO - Jornalista e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), com foco de pesquisa em educomunicação, educação integral e políticas públicas. É especialista em jornalismo social e em educação comunitária. É sócia das consultorias 'Estúdio Cais – Projetos de Interesse Público' e 'Interação – Projetos de Comunicação e Educação' e membro da diretoria da ABPEducom – Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação.